

TECNOLOGIA E ONGS NA PROMOÇÃO DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL EM TERRITÓRIOS INDÍGENAS

Crisla Souza da Silva¹, Francinete Cardoso Freitas², Katiele da Silva Miranda³, Milena Maciel Rodrigues⁴, Nathalia Silva de Souza⁵

1 Graduada, Afya Centro Universitário São Lucas,
crisla.souza92@gmail.com

2 Graduando, Afya Centro Universitário São Lucas,
belladasflores@gmail.com

3 Graduada, Afya Centro Universitário São Lucas,
katielemiranda20@gmail.com

4 Graduada, Afya Centro Universitário São Lucas,
mylamaciel93@gmail.com

5 Graduada, Afya Centro Universitário São Lucas,
nathysouza.deus@gmail.com

INTRODUÇÃO: A Amazônia Legal Brasileira enfrenta desafios socioambientais de magnitude planetária, onde a busca por um desenvolvimento equilibrado e a proteção das culturas tradicionais ocupam posição central nos debates atuais. Reconhecida como um dos maiores patrimônios naturais da humanidade, a região se tornou palco de intensas disputas políticas, econômicas e ambientais, que impactam diretamente a qualidade de vida de seus povos e a estabilidade climática global. Nas últimas décadas, as políticas públicas voltadas para a Amazônia oscilaram entre modelos de exploração predatória, guiados pelo imediatismo econômico, e tentativas de implementação de estratégias sustentáveis, pautadas pela conservação dos ecossistemas e pelo respeito às populações tradicionais. Nesse contexto, as terras indígenas destacam-se não apenas como áreas de preservação da biodiversidade, mas também como territórios essenciais para a perpetuação de identidades culturais, práticas ancestrais e saberes comunitários que contribuem de forma efetiva para a mitigação das mudanças climáticas. A partir da ECO-92, consolidou-se o paradigma socioambiental, que

trouxe uma perspectiva inovadora de valorização dos conhecimentos tradicionais e da gestão participativa. Entretanto, a partir da década de 2010, a expansão do agronegócio, da mineração e de políticas pós-ambientalistas enfraqueceu conquistas anteriores, ampliando as pressões sobre povos indígenas e comunidades ribeirinhas. Diante desse quadro, a atuação das Organizações Não Governamentais (ONGs) emerge como fator estratégico, uma vez que estas instituições exercem papel fundamental na proteção ambiental, na defesa de direitos coletivos e no fortalecimento da cidadania. **OBJETIVO:** Analisar a relevância da atuação das Organizações Não Governamentais (ONGs) em territórios indígenas na Amazônia Legal, destacando sua contribuição para a conservação ambiental, a valorização cultural e a promoção de práticas de desenvolvimento sustentável. **METODOLOGIA:** A pesquisa baseia-se em uma revisão bibliográfica e documental de caráter qualitativo, com análise de estudos acadêmicos, relatórios institucionais e dados oficiais relacionados às políticas socioambientais da Amazônia. Foram consultadas publicações nacionais e internacionais, além de documentos elaborados por ONGs atuantes na região, a fim de identificar padrões de atuação, desafios enfrentados e resultados obtidos. A metodologia buscou compreender a interface entre as práticas dessas organizações e os processos de resistência, autonomia e sustentabilidade das comunidades indígenas. **RESULTADOS E DISCUSSÃO:** Os resultados mostram grande heterogeneidade no controle da malária na Amazônia. No Amapá, foram registrados 41.889 casos entre 2015 e 2019, com 93,8% por *P. vivax* e queda no Índice Parasitário Anual, embora municípios como Serra do Navio e Calçoene ainda apresentem alta transmissão. Em Mato Grosso, a adesão ao tratamento foi de apenas 77,8%, influenciada pelo desejo de melhora, confiança no medicamento e orientação profissional, evidenciando que o conhecimento da população e o cuidado recebido impactam diretamente o sucesso terapêutico. Quanto à deficiência de G6PD, observa-se grande desconhecimento da população sobre sua condição e riscos de hemólise, o que compromete tanto a adesão quanto a segurança do tratamento. Apesar da existência de testes quantitativos como CareStart™ e STANDARD™ G6PD, seu acesso é restrito e pouco compreendido. A introdução da tafenoquina, embora possa melhorar a adesão pelo regime em dose única, intensifica esse dilema, pois sem triagem e educação em saúde pode ampliar desigualdades e expor os mais vulneráveis a riscos graves. Assim, superar esse desafio exige políticas públicas que ampliem a testagem, capacitem profissionais e promovam comunicação acessível e culturalmente adequada às comunidades amazônicas. **CONCLUSÃO:** Conclui-se que a atuação das ONGs em territórios indígenas da Amazônia Legal possui impacto significativo na proteção ambiental, na preservação da diversidade cultural e no fortalecimento da cidadania indígena. Essas organizações atuam como mediadoras entre as comunidades locais

e os cenários políticos nacionais e internacionais, contribuindo para a construção de um modelo de desenvolvimento mais justo, inclusivo e sustentável. Diante das ameaças crescentes impostas pelo avanço de atividades predatórias, torna-se urgente a consolidação de políticas públicas que reconheçam o protagonismo dos povos originários e fortaleçam a atuação das organizações da sociedade civil. O futuro da Amazônia e a estabilidade climática global dependem da capacidade de integrar saberes tradicionais, inovação socioambiental e compromisso coletivo com a justiça social e a sustentabilidade.

Palavras- chave: Amazônia Legal. Terras indígenas. Sustentabilidade. Organizações não governamentais. Socioambientalismo.